

Pára-Clube Nacional “OS BOINAS VERDES”



**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA DIRECÇÃO**

**RELATÓRIO ANUAL E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

Exercício de 2006

V. N. Barquinha, 24 MARÇO 2007

ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
I – Relatório de Gestão e Contas da Direcção	3
1 – Apresentação / Finalidade.....	3
2 – Nota Introdutória.....	4
3 – Áreas de Actuação e Respektivas Actividades.....	5
4 – Considerações Finais.....	9
5 – Contas do Exercício de 2006.....	10
II – Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.	14
1 – Relatório Anual da Actividade Fiscalizadora.....	14
2 - Parecer sobre o Relatório e Contas.....	15

I - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA DIRECÇÃO Ano 2006

1 – APRESENTAÇÃO / FINALIDADE

O Pára-Clube Nacional “OS BOINAS VERDES”, pessoa colectiva nº 501621350, doravante designado abreviadamente por “Pára-Clube” ou “Associação”, tem a sua sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 4, freguesia e concelho de Vila Nova da Barquinha, é uma associação cultural, recreativa e desportiva, sem fins lucrativos, sem carácter político, partidário ou religioso, fundada no dia 19 de Outubro de 1977 e cujos Estatutos, publicados no Diário da República nº 262 – III Série –, de 12Nov77, foram posteriormente alterados por escritura pública de 22 de Março de 1999, publicada no Diário da República nº 51 – III Série –, de 01 de Março de 2000.

A Associação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova da Barquinha sob o nº 82.

É uma Pessoa Colectiva de Mera Utilidade Pública, nos termos e condições definidas na lei, estatuto que lhe foi reconhecido por despacho de 22 de Julho de 1992 do Exmo. Senhor Primeiro-Ministro, conforme publicação inserta no Diário da República nº 178 – I Série –, de 07 de Agosto de 1992. Sendo-lhe reconhecida deste modo a relevância dos serviços que presta à comunidade, encontra-se sujeita aos benefícios e obrigações decorrentes do estatuto das Pessoas Colectivas de Utilidade Pública.

As atribuições cometidas ao Pára-Clube, definidas no artigo 4.º – Objecto – dos seus Estatutos, são desempenhadas por diversos órgãos, nos termos das competências para os mesmos definidas, sendo a Direcção o órgão executivo responsável pelos actos de administração, orientação e resolução de todos os assuntos de vida corrente do Pára-Clube (artº 24º - Da Direcção).

*Dando cabal cumprimento ao preceituado na Alínea f) do Artigo 70º e no Artigo 80º, ambos do Regulamento Interno do Pára-Clube Nacional “OS BOINAS VERDES”, a Direcção eleita para o biénio 2006/2007 apresenta o **Relatório de Gestão e respectivas Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006**, a que junta o **Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal**, para que sejam submetidos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral.*

2 – NOTA INTRODUTÓRIA

O tempo que decorreu desde a Assembleia Geral de 16 de Março de 2006 não trouxe alterações significativas ao panorama com que fomos confrontados, quando assumimos a Direcção desta Associação.

Na verdade, perante a limitada disponibilidade de tempo dos elementos que ainda a integram, facto que nos impediu que de forma assídua acompanhássemos os assuntos do Clube, vimo-nos confinados com a impossibilidade de alterar o curso dos acontecimentos, tal como pretendíamos, ou seja, em termos gerais, partirmos para o objectivo de ampliar e diversificar as actividades a desenvolver, buscando novas fontes de receita.

Não tendo conseguido gerar receitas/dividendos extra, continuámos a nossa política de contenção de despesas até onde nos foi possível.

De salientar que também não fomos bem sucedidos na recuperação de verbas de que somos credores e que totalizam **(6.806,99 €) Seis mil oitocentos e seis Euros e noventa nove cêntimos**.

De qualquer forma, com a experiência colhida ao longo destes anos, ficámos com a certeza de que a sobrevivência do Clube passa sobretudo pela anulação da dívida à CGD, a qual nos tem condicionado em termos de investimentos futuros.

Além deste ponto crucial, dever-se á também pugnar por:

- Uma maior aproximação entre o Clube e os Associados;
- Uma acção alargada de marketing que permita atrair mais praticantes e, concomitantemente, aumentar as receitas;
- Uma diversificação das actividades por forma a ir de encontro às expectativas do maior número possível de sócios e/ou praticantes, de modo a possibilitar a garantia de obtenção permanente de receitas, sobretudo quando alguma delas esteja numa fase menos favorável, como sucede no caso do pára-quedismo, em virtude das condições meteorológicas;
- Uma campanha imaginativa para obtenção de patrocínios ou subsídios, que nos permitam assegurar não só o funcionamento do Clube, como também garantir uma margem para investimento que possibilite a substituição/aquisição dos equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento das diversas actividades.

3 – ÁREAS DE ACTUAÇÃO E RESPECTIVAS ACTIVIDADES

O nosso programa geral para o biénio 2006/2007 compreendia os seguintes **Objectivos Gerais**:

- Pugnar por honrar a herança deixada pelas direcções anteriores;
- Promover actividades e eventos de carácter associativo, social, cultural e desportivo;
- Transformar a sede num espaço vivo que atraia os associados;
- Estimular o convívio e a solidariedade entre os associados;
- Possibilitar aos associados a prática de actividades desportivas ou de lazer;
- Fomentar a interacção com as associações de pára-quedistas;
- Atrair os jovens, preferencialmente os futuros militares, para a prática do pára-quedismo, influenciando-os para virem a ingressar nas Tropas Pára-quedistas;
- Divulgar o PCNBV e as suas actividades, através de uma política de informação e relações públicas adequada e de eventos interessantes e inovadores;
- Tirar o máximo rendimento dos meios disponíveis, sem deixar de equacionar outras formas de rentabilização da escola de pára-quedismo;
- Procurar soluções para prover a liquidação da dívida e o serviço da dívida;
- Criar uma comissão para estudo da eventual reestruturação do funcionamento da escola de pára-quedismo, visando um projecto mais ambicioso, com uma aeronave que possibilite a utilização também em proveito do Exército/BrigRR;
- Criar secções de modalidades desportivas;
- Manter o bom relacionamento e cooperação com os órgãos e entidades do poder local e da administração pública, instituição militar, em especial o comando e as unidades de Tropas Pára-quedistas, outras organizações e colectividades;
- Aproveitar o projecto do “Parque Almourol”, para dinamizar o PCNBV.

Para concretizar tais objectivos foram estabelecidas actividades a desenvolver em diversas áreas. Importa agora verificar o que efectivamente se realizou. Para o efeito, apresentamos os quadros seguintes:

a. Actividades de Pára-quedismo

ACTIVIDADES PLANEADAS	
Levar a cabo cerca de 15 Cursos de Páraquedismo formando um total aproximado de 90 alunos	<u>NÃO CONCRETIZADA</u>
Efectuar cerca de 1000 Saltos de Treino	<u>CONCRETIZADA</u>
Realizar 15 Demonstrações	<u>NÃO CONCRETIZADA</u>
Dar continuidade ao protocolo de cooperação com as empresas “ Blue Emotions ”	<u>CONCRETIZADA</u>
Organizar a Taça de Páraquedismo – Prova de Precisão de Aterragem , em parceria com a Escola de Tropas Pára-quedistas e com a Federação Portuguesa de Páraquedismo	<u>CONCRETIZADA</u>
Organizar uma sessão de saltos nocturnos	<u>CONCRETIZADA</u>

(1) Número de Alunos Formados

Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
94	73	50	22	34	52

(2) Saltos de Manutenção

	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
Automáticos	376	284	200	130	786	462
Manuais	550	831	554	605	716	1207
Tandem	2	2	2	11	48	44

(3) Demonstrações

Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
11	8	13	12	16	6

b. Actividades Administrativas e Financeiras

ACTIVIDADES PLANEADAS	
Terminar os processos da actualização do ficheiro de sócios e da regularização das várias situações dos associados	<u>CONCRETIZADA</u>
Emitir novos cartões de associado	<u>CONCRETIZADA</u>
Organizar o Arquivo do PCNBV	<u>CONCRETIZADA</u>
Rentabilizar os equipamentos de apoio administrativo	<u>CONCRETIZADA</u>
Garantir a atribuição dos distintivos aos associados com 25 Anos	NÃO CONCRETIZADA
Acordar, com a firma construtora, a recepção definitiva do edifício sede	FIRMA NÃO RESPONDEU
Acompanhar de perto o desenvolver do projecto do Restaurante IKARU'S, tomando as acções que forem tidas como convenientes	<u>CONCRETIZADA</u>
Executar a escrita e contabilidade do PCNBV, com o apoio técnico de um elemento da Direcção e suporte material de "software" apropriado a adquirir	<u>CONCRETIZADA</u>
Transferir os processos jurídicos pendentes para a posse de um associado licenciado em direito que se mostrou disponível para assumir essa tarefa	NÃO CONCRETIZADA

(1) Quotizações

- Receitas com associados 9.086,14 €

(2) Subsídios

Do MDN 2.500,00 Euros

c. Outras Actividades Desportivas, Recreativas e Culturais

ACTIVIDADES PLANEADAS	
Realizar um seminário, com a presença do maior número possível de instrutores de páraquedismo, para discussão das diferentes modalidades de funcionamento da Escola de Páraquedismo	NÃO CONCRETIZADA
Promover uma reunião com todos os pilotos do nosso meio aéreo (actuais e anteriores) para discussão sobre as características que, idealmente, deveria ter a aeronave do PCNBV, obedecendo sempre ao princípio do custo/eficácia	NÃOCONCRETIZADA
Realizar eventos lúdicos e culturais com vista a concretizar o projecto "Sede Viva".	NÃO CONCRETIZADA

d. Actividades de Relações Públicas e Divulgação

ACTIVIDADES PLANEADAS	
Apresentar projectos e medidas para a promoção da imagem do PCNBV e da modalidade pára-quedismo;	NÃO CONCRETIZADA
Elaborar um projecto de protocolo com o EME, a apresentar à BrigRR para discussão da sua viabilidade, visando a prestação de serviços com base na disponibilização do nosso meio aéreo actual ou outro que se venha a justificar adquirir;	NÃO CONCRETIZADA
Elaborar propostas de financiamento de material, nomeadamente pára-quedas, por patrocínio de empresas de grande dimensão, oferecendo como contrapartida a publicidade às mesmas, através do pára-quedismo desportivo;	NÃO CONCRETIZADA
Reunir com as Câmaras Municipais da região, com a NERSANT e Sociedade Parque Almourol para apresentação do PCNBV e divulgação das nossas actividades e oferta;	NÃO CONCRETIZADA
Reunir com Institutos e Escolas da região, igualmente com o intuito de apresentar o PCNBV e divulgar as nossas actividades e oferta;	NÃO CONCRETIZADA
Imprimir os folhetos desdobráveis sobre o PCNBV, cujo modelo se encontra já pronto em suporte informático;	NÃO CONCRETIZADA
Concluir a actualização do site do PCNBV na Internet, já iniciada em 2003	<u>CONCRETIZADA</u>
Dar continuidade e, se possível, aprofundar a ligação que temos com o Instituto Português da Juventude, designadamente com vista à realização de campos de férias	NÃO CONCRETIZADA
Propor acordo com o BrigRR e com a ETP para instalação de um Núcleo Museológico no edifício sede do PCNBV	NÃO CONCRETIZADA
Rever protocolo com EME relativo às instalações, estacionamento e utilização da aeronave	NÃO CONCRETIZADA
Estabelecer e manter o contacto com outras Associações de Pára-quedistas, disponibilizando-nos, sempre que as condições o permitam, para a realização de cursos fora da área de Tancos	<u>CONCRETIZADA</u>
Dinamizar o pára-quedismo nos órgãos de comunicação social sempre que realizemos eventos que mereçam o interesse regional ou mesmo nacional (como por exemplo o salto de “tandem” com as três gerações da família pára-quedista realizado no ano passado)	<u>CONCRETIZADA</u>
Anunciar a nossa actividade em jornais, revistas e outros meios de comunicação social	<u>CONCRETIZADA</u>
Elaboração/confecção de material de promoção diverso, tal como camisolas/pólos, calendários, horários escolares, etc.	<u>CONCRETIZADA</u>

e. Finanças

No ano que findou em 31 de Dezembro de 2006, os custos fixos em relação ao ano anterior foram ainda substancialmente reduzidos; os custos variáveis tiveram um ligeiro acréscimo, para isso contribuiu as necessidades de manutenção do nosso avião, foram também desenvolvidos os proveitos que aumentaram cerca de 10%, para isso com a manutenção da actividade regular do restaurante, o que ainda assim não foi suficiente para permitir que os resultados operacionais, melhorassem significativamente. O resultado líquido do exercício foi negativo em cerca de

(1.970,79 €), contra (16.141,00 €) em 2005 e (2.980,12 €) em 2004, como se pode verificar no quadro comparativo da síntese dos resultados que se segue:

Resultados	2006	2005	2004	2003	2002
Resultados operacionais	3.077,97	(30.756,94)	(20.909,01)	(27.286,00)	(30.976,19)
Resultados financeiros	(4.544,81)	(6.031,08)	(5.950,11)	(7.549,59)	(9.554,71)
Resultados correntes	(1.466,84)	(36.788,02)	(26.859,12)	(34.835,59)	(40.530,90)
Resultados extraordinários		21.110,68	24.397,73	25.886,92	11.977,36
Resultados antes de impostos	(1.970,79)	(16.141,32)	(2.980,12)	(8.948,67)	(28.553,54)
Resultado líquido do exercício	(1.970,79)	(16.141,32)	(2.980,12)	(8.948,67)	(28.553,54)

Os capitais próprios foram mantidos. Os investimentos e desinvestimentos financeiros efectuados durante o ano de 2006 foram irrelevantes.

As existências não têm relevância material, sendo constituídas por combustíveis em armazém, destinados ao consumo da aeronave.

O Pára-Clube tem algumas dívidas de terceiros a médio e longo prazo. As dívidas activas vencidas a curto prazo não são significativas. Todavia, foram, estão e vão continuar a ser efectuadas diligências para proceder à cobrança das que se encontram vencidas.

O Pára-Clube tem uma dívida a médio e longo prazo no valor de 150.784,41 €. O serviço da dívida, cerca de 1.520,00 € por mês, tem vindo a ser satisfeito regularmente, constituindo a principal preocupação da Direcção.

Não obstante todas estas dificuldades, o “Pára Clube” não tem quaisquer dívidas vencidas, sendo todas satisfeitas dentro dos prazos de pagamento acordados com os credores.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. Áreas críticas

Face ao acima exposto sobre a gestão da Direcção e às contas infra apresentadas, as áreas que se afiguram mais críticas e que, como tal, nos merecem maior preocupação, são as seguintes:

- O serviço da dívida à CGD, cujo encargo mensal é bastante avultado (€ 1.450,00 / mês) face às receitas actuais do Pára Clube;
- O envelhecimento dos equipamentos, em especial dos pára-quadras que, fruto de uma manutenção apropriada, continuam a garantir a sua utilização em condições de segurança. Contudo, é incontornável equacionar a sua substituição no médio prazo.
- A entrega definitiva do edifício pela empresa construtora. Apesar das diligências efectuadas pelas duas últimas Direcções, com envio de correspondência registada, não tem havido resposta dos responsáveis da empresa. A entrega está dependente de algumas reparações a efectuar, designadamente, pontos de infiltração e pinturas.
- Os custos, muito significativos, de operação e manutenção da aeronave.
- A resolução do problema do contrato de arrendamento da casa habitada pelo senhor António Custódio.
- A resolução dos processos pendentes em Tribunal, por dívidas não saldadas correspondentes a serviços prestados pelo PCNBV e que se arrastam há anos.

b. Acções a desenvolver para fazer face às principais preocupações

- Continuar a procurar soluções que permitam a liquidação do serviço da dívida ou, no mínimo, a sua regular amortização;
- Prosseguir com as no sentido de conseguir a aquisição de equipamentos (principalmente pára-quadras) através de verbas eventualmente provenientes de patrocínio de empresas por contrapartida de publicidade;
- Encetar desde já e com vista à concretização em 2006/2007, os contactos com órgãos e entidades da Administração Pública e do Poder Local, com a Instituição Militar e com Empresas e Grupos Privados, de modo darmos a conhecer a oferta de actividades do Pára Clube visando contra partidas financeiras (patrocínios e subsídios);
- Retomar os contactos, de preferência pessoais e directos, com os responsáveis pela empresa Silvério e Melro, para resolução do problema da entrega definitiva do edifício da sede;
- Recorrer a um dos nossos associados com a profissão de Advogado, para estudo, análise e parecer acerca dos contratos com o senhores João Pedro Baptista de Carvalho Sales, António Custódio tendo em vista a salvaguarda dos interesses do PCNBV, face a compromissos futuros.

5 – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006				(EUR)			
Código das contas			Exercícios				
CEE	POC		2006			2005	
			AB	AP	AL	AL	
		ACTIVO					
		Imobilizado:					
		Imobilizações corpóreas:					
II		Terrenos e recursos naturais	89.440,74		89.440,74	89.440,74	
1	421	Edifícios e outras construções	802.978,10	80.297,80	722.680,30	676.070,34	
1	422	Equipamento básico	96.763,74	83.487,64	13.276,10	4.088,58	
2	423	Equipamento de transporte	56.371,86	54.671,86	1.699,52	45.944,02	
2	424	Ferramentas e utensílios	2.546,35	2.546,35		2.097,05	
3	425	Equipamento administrativo	15.850,50	15.152,25	698,25	927,17	
3	426	Outras imobilizações corpóreas	888,23	814,25	73,98	188,18	
3	429		1.064.839,04	236.970,15	827.868,89	818.756,08	
		Circulante:					
		Existências:					
I		Mat- primas subs. e de consumo	1.209,48		1.209,48	3.124,36	
1	36		1.209,48		1.209,48	3.124,36	
		Dívidas de terceiros - Curto Prazo:					
II		Clientes c/c	4.576,61		4.576,61	9.935,76	
1	211	Estado e outros entes públicos	877,74		877,74	96,67	
4	24	Outros devedores	1.629,32		1.629,32	1.898,19	
4	262+266/8+221		7.083,67		7.083,67	11.930,62	
		Títulos negociáveis					
III		Outros títulos negociáveis	1.825,91		1.825,91	4.016,12	
3	1513+1523+153/9		1.825,91		1.825,91	4.016,12	
		Depósitos bancários e caixa:					
IV		Depósitos bancários	637,52		637,52	1.089,65	
	12+13+14	Caixa	68,19		68,19	265,30	
	11		705,71		705,71	1.354,95	
		Acréscimos e diferimentos					
E		Acréscimo de proveitos					
	271	Custos diferidos	235,15		235,15	339,16	
	272		235,15		235,15	339,16	
		Total das amortizações		236.970,15			
		Total do activo	1.075.898,96	236.970,15	838.928,81	839.521,29	
		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2006		2005		
		Capital próprio:					
A		Fundo associativo	223.628,16		223.628,16		
I	51	Outras reservas	2.000,00		3.000,00		
4	574 a 579	Resultados transitados	167.913,75		148.792,31		
V	59		393.541,91		378.400,59		
VI	88	Resultado líquido do exercício	(1.970,79)		(16.141,32)		
		Total do capital próprio	391.571,12		375.420,47		
		Passivo:					
		Provisões para riscos e encargos:					
		Dívidas a terceiros - MLPrazo:					
		Dívidas a instituições de crédito	150.784,41		161.898,28		
B		Fornecedores c/c	5.793,51		4.356,24		
C		Estado e outros entes públicos	517,25		369,96		
4	221	Outros credores	3.023,92		15.634,85		
8	24		9.334,68		20.361,05		
8	262/5+267+268+211						
		Acréscimos e diferimentos:					
D		Acréscimos de custos	1.037,95		965,76		
	273	Proveitos diferidos	286.200,65		297.017,05		
	274		287.238,60		297.982,81		
		Total do passivo	447.357,69		480.242,14		
		Total do capital próprio e do passivo	838.928,81		839.521,29		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 (EUR)						
Código das contas			Exercícios			
CEE	POC		2006		2005	
Custos e Perdas						
A						
2. a)	61	Custo das Mercad. vendidas e mat. consumidas:				
	612	Mercadorias				
	616	Matérias	6.423,24	6.423,24	12.591,18	12.591,18
2. b)	62	Fornecimento e Serviços Externos		41.659,78		56.289,74
3		Custos com o Pessoal:				
3. a)	641+642	Remunerações	13.089,65		12.390,65	
3. b)		Encargos sociais:				
	643+644	Pensões				
	645/8	Outros	2.694,32	15.783,97	1.362,97	13.753,62
4. a)	66	Amortizações imobilizado corpóreo e incorpóreo	24.764,82		26.687,34	
4. b)	67	Provisões		24.764,82		26.687,34
5	63	Impostos			31,09	
5	65	Outros custos e perdas operacionais			156,43	187,52
		(A)		88.631,81		109.509,40
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e inv. fin.				
7	681+685/8	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	4.981,56	4.981,56	6.683,18	6.683,18
		(C)		93.613,37		116.192,58
10	69	Custos e perdas extraordinárias		503,95		463,98
		(E)		94.117,32		116.656,56
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício				
		(G)		94.117,32		116.656,56
13	88	Resultado líquido do exercício		(1.970,79)		(16.141,32)
		Total dos custos, perdas e resultados		92.146,53		100.515,24
Proveitos e Ganhos						
B						
1	71	Vendas:				
		Mercadorias				
		Produtos				
1	72	Prestação de serviços	82.436,28	82.436,28	71.682,46	71.682,46
2		Variação da produção				
3	75	Trabalhos para a própria empresa				
4	73	Proveitos suplementares	6.523,50		4.320,00	
4	74	Subsídios à exploração	2.750,00		2.750,00	
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais		9.273,50		7.070,00
		(B)		91.709,78		78.752,46
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
5	784	Rendimentos de participações de capital				
6	7812+7815/6+783	Rendimentos títulos negoc.e outras aplic. fin. Relativos a empresas do grupo				
		Outros	436,75		652,10	
7	7811+7813+7814+7818+785/8	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresas do grupo				
		Outros		436,75		652,10
		(D)		92.146,53		79.404,56
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários				21.110,68
		(F)		92.146,53		100.515,24
RESUMO:						
		Resultados operacionais: (B) - (A)		3.077,97		(30.756,94)
		Resultados financeiros: (D - B) - (C - A)		(4.544,81)		(6.031,08)
		Resultados correntes: (D) - (C)		(1.466,84)		(36.788,02)
		Resultados antes de impostos: (F) - (E)		(1.970,79)		(16.141,32)
		Resultado líquido do exercício: (F) - (G)		(1.970,79)		(16.141,32)

c. Informações para uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados do Pára-Clube

De acordo com os seus estatutos, em síntese, a Associação tem como objecto principal a criação de condições para a prática de actividades recreativas, culturais e desportivas com vista à “formação social e moral dos seus associados, bem como o seu desenvolvimento físico e intelectual”. Como objecto secundário, a Associação poderá explorar, directa ou indirectamente, actividades comerciais ou industriais, com vista a gerar receitas exclusivamente para o desenvolvimento do seu objecto principal.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras irão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados. No entanto, é convicção da Direcção que as mesmas irão ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam à ordem definida no POC e as que não estão indicadas neste ponto não são aplicáveis à Associação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores são apresentados em euros.

Os encargos de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos bens ou que não representaram benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos do activo imobilizado, são registados como custos do exercício.

As dívidas de terceiros estão registadas pelo valor da venda dos bens e das prestações de serviços, não estando oneradas com quaisquer outros encargos.

A Associação regista nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” as receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo os proveitos e os custos no ano em que são obtidos ou ocorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Associação estão sujeitas a revisão e correcção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos para os factos tributários ocorridos após 01Jan98. Deste modo, as declarações fiscais da Associação, relativas aos anos em aberto, poderão vir a ser objecto de revisão. A Direcção entende que eventuais correcções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, no ano de 2006. Também de acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados são dedutíveis aos lucros tributáveis dos seis exercícios seguintes. A Associação não tem por prática registar impostos diferidos, resultantes de diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e fiscais.

Durante o ano de relato o Pára Clube teve ao seu serviço, no regime de trabalho dependente, um colaborador afecto aos serviços administrativos e uma empregada de limpeza.

A Associação tem uma dívida (empréstimo bancário) a longo prazo à Caixa Geral de Depósitos (CGD) no valor global de **150.784,41 €**.

Como garantia do pagamento da dívida referida anteriormente, existe uma hipoteca do edifício da sede do Pára-Clube, a favor da CGD, cuja construção foi, em parte, financiada com o referido empréstimo.

A rubrica outros devedores e credores engloba importâncias a regularizar a curto prazo e que não têm enquadramento noutras contas de terceiros.

A rubrica outros títulos negociáveis regista os fundos de investimento “Caixagest”, subscritos pela Associação, junto da Caixa Geral de Depósitos.

A rubrica outros custos e perdas operacionais regista os encargos com quotizações de filiação e inscrição do Pára-Clube ou dos seus representantes, em instituições e eventos onde tenha que participar.

A rubrica outros custos e perdas extraordinárias acolhe as regularizações por cálculo do “pro rata” definitivo, e outras regularizações não especificadas.

A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinárias inclui as transferências da quota-parte dos subsídios à construção da sede, que são de imputar ao exercício.

Vila Nova da Barquinha, 22 de Março de 2007

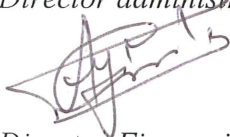
A DIRECÇÃO

O Presidente



O Vice-Presidente Administrativo/Financeiro

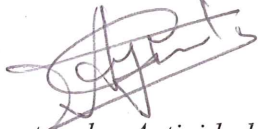
O Director administrativo



O Director Financeiro



O Director das Actividades Gerais



O Director das Actividades Páraquedistas



O Director de Relações Públicas

II - RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 – RELATÓRIO ANUAL DA ACTIVIDADE FISCALIZADORA

a. Introdução

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos do Pára-Clube Nacional “OS BOINAS VERDES”, o Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização das normas estatutárias e dos actos de gestão da Direcção da Associação.

Por outro lado, o artigo 61º, al. j) do Regulamento Interno, estarei que o CF deve elaborar, anualmente, um relatório sobre a actividade fiscalizadora, que deve ser presente à Assembleia Geral, juntamente com o parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício.

Nestes termos, o presente relatório é elaborado em cumprimento do artigo 61º, al. j) do Regulamento Interno. Não estando definido o conteúdo do relatório, o CF entendeu que se justifica uma exposição que aborde os aspectos mais importantes da actividade.

b. Âmbito

Efectuámos a fiscalização da actividade administrativa e financeira e examinámos os registos contabilísticos, os respectivos documentos de suporte e o relatório de gestão da Direcção, tendo em consideração as normas legais, estatutárias e regulamentares, com a extensão e profundidade que considerámos ajustadas.

Com base no exame, emitimos o parecer sobre o relatório de gestão da Direcção e as contas do exercício, em obediência ao artigo 61º, al. i), o qual se dá aqui por integralmente reproduzido.

c. Actividade Fiscalizadora

No exercício de 2006, o CF exerceu a seguinte actividade:

- (1) Deu parecer sobre o plano de actividades e orçamento anual para o ano 2006;
- (2) Seguiu a actuação da Direcção e examinou os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, verificando a legalidade dos mesmos e o cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares;
- (3) Conferiu existências físicas em armazém e os valores em caixa, zelando para que os critérios valorimétricos adoptados pela Direcção sejam adequados a uma correcta avaliação do património associativo;
- (4) Formulou parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006;
- (5) Fez as recomendações que entendeu pertinentes em face da actividade fiscalizadora e certificou-se que tais recomendações mereceram, por parte dos seus destinatários, o tratamento adequado.

d. Procedimentos de Fiscalização

A metodologia adoptada para o exercício da actividade fiscalizadora foi a seguinte:

- (1) Reuniões com os restantes órgãos sociais;
- (2) Reuniões com o Director administrativo e financeiro;
- (3) Verificação da conformidade com as práticas contabilísticas geralmente aceites, do balanço, da demonstração dos resultados e respectivo anexo;
- (4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os documentos que lhes servem de suporte;
- (5) Verificação da consistência das políticas contabilísticas adoptadas;
- (6) Verificação das medidas de controlo interno;
- (7) Verificação da situação fiscal;
- (8) Verificação do cumprimento das demais obrigações e compromissos assumidos pela Associação.

e. Relatório de gestão da Direcção

O relatório da Direcção evidencia, com a clareza e o detalhe apropriados, os factos mais significativos ocorridos no exercício findo em 2006, pelo que se consideram observadas as pertinentes disposições estatutárias e regulamentares.

2 – PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS

a. Introdução

Em cumprimento do disposto nas alíneas g) e i) do artigo 61º, do Regulamento Interno, examinámos o relatório de gestão da Direcção e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, analisámos o Relatório Anual de Actividades e as Contas, compreendendo estas as demonstrações financeiras, balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do Pára-Clube Nacional “OS BOINAS VERDES”.

O balanço evidencia um total de 838.928,81 €, sendo os capitais próprios no montante de 391.571,12 € e o resultado líquido negativo do exercício de 1.970,79 €.

b. Responsabilidades

É da competência da Direcção do Pára-Clube, conforme dispõe o artigo 70º, al. f) do Regulamento Interno, a elaboração do relatório da sua gerência no fim de cada ano e apresentá-lo conjuntamente com as contas do exercício e o parecer do Conselho Fiscal, para aprovação da Assembleia Geral, até 31 de Março do ano seguinte àquele a que disser respeito.

Por outra parte, a nossa responsabilidade está consagrada no artigo 21º dos estatutos e, mais concretamente, na al. i) do artigo 61º do Regulamento Interno, consistindo, de um modo geral, na fiscalização das normas estatutárias e dos actos de gestão da Direcção do Pára-Clube e, em particular, na formulação de parecer sobre o relatório de gestão e das contas do exercício.

c. Âmbito

Na ausência de definição do conteúdo do parecer, a fiscalização foi efectuada com o objectivo de obter um razoável grau de certeza sobre a conformidade das demonstrações financeiras com os princípios contabilísticos geralmente aceites e se as mesmas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

O relatório anual da actividade fiscalizadora refere, com a profundidade e extensão que julgamos adequadas, o trabalho e o âmbito da nossa actividade, sendo nosso entendimento que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e as contas do exercício.

PARECER

Nesta conformidade, somos do parecer que o relatório de gestão da Direcção e as contas do exercício de 2006 reflectem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Pára-Clube Nacional "OS BOINAS VERDES" e o resultado das suas operações, em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Vila Nova da Barquinha, 20 de Março de 2007

O Conselho Fiscal

Presidente:



1º Secretário:

2º Secretário: